



**Federação Nacional
dos Sindicatos dos Trabalhadores
em Funções Públicas e Sociais**

Exmo Senhor
Presidente
da Comissão de Segurança Social
e Trabalho
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa



V/Ref:

N/Ref.:

Data:

Assunto:

MSESS/121/2015

10/04/2015

Pedido de audição.

1. A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais e os Sindicatos nela filiados, têm representado ao longo do tempo as amas, cujo regime se encontra ainda expresso no Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio.
2. Em 03/10/2014, a Assembleia da República, aprovou a proposta de Lei n.º 248/XII, que se traduz numa autorização legislativa para o Governo alterar o regime acima citado, no prazo de 180 dias.
3. Na sequência desta aprovação, o Governo, dando cumprimento ao disposto na alínea b) do número 1 do art.º 472º e do n.º 2 do art.º 473º do Código do Trabalho, publicou no Boletim de Trabalho e Emprego, as normas constantes da proposta de decreto-lei que estabelece o regime de regulação do acesso e exercício da actividade de ama, com o prazo de apreciação pública de 20 dias.
4. Sendo entendimento desta Federação que a proposta de decreto-lei em causa deveria ser alvo de negociação com esta Federação, manifestámos esta pretensão ao Exmo Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social que, só em 20/03/2015, reuniu com esta estrutura sindical, através de representantes seus.

www.fnsfp.pt

Rua Rodrigues Sampaio, 138 - 3.º | 1150-282 Lisboa | Tel.: 213 172 480 | Fax: 213 152 820 | E-mail: fnsfpts@fnsfpts.pt



**Federação Nacional
dos Sindicatos dos Trabalhadores
em Funções Públicas e Sociais**

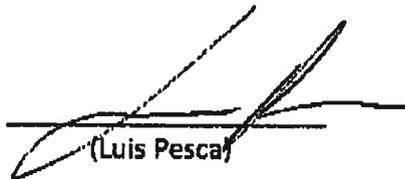
5. Na sequência desta reunião, foi remetida pela nossa Federação ao aludido ministro, a apreciação sobre a proposta de decreto-lei aqui mencionada, em que substancialmente manifestamos a nossa discordância relativamente ao documento em apreço.

6. Considerando que o sentido expresso na proposta em causa para o futuro estatuto das amas, não salvaguarda os interesses destas e dos utentes, é nosso entendimento que este processo tenha uma decisão diferente daquela que o Governo pretende dar.

7. A fim de expormos detalhadamente a nossa posição sobre o assunto, vimos solicitar a Vossa Exa. uma audição na Comissão Parlamentar a que preside.

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção Nacional
da FNSTFPS



(Luis Pesca)